

# A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: Um Estudo de Caso em Jóia/RS/Brasil

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14331>

Submetido em: 14/4/2023

Aceito em: 26/12/2023

Publicado em: 25/3/2024

Guilherme Fontana Ramos<sup>1</sup>; Janete Stoffel<sup>2</sup>; Anelise Graciele Rambo<sup>3</sup>

## RESUMO

A agricultura familiar apresenta relevantes indicadores socioeconômicos, além de essencial contribuição para a dimensão sustentável do desenvolvimento rural. Neste contexto, o artigo apresenta resultados de experiências da agricultura familiar e como estas contribuem para o desenvolvimento rural sustentável no município de Jóia, localizado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Com base na diversidade das formas de agricultura familiar e as suas características no município estudado, a pesquisa investigou uma parcela deste grupo social. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado um levantamento de dados primários por meio de entrevistas com informantes-chave, os quais destacaram iniciativas, das quais foram selecionadas 10 experiências, 4 delas agroindústrias familiares e 6 unidades de produção individuais que desenvolvem atividades de base ecológica/agroecológica. A análise dos dados primários foi baseada em referências bibliográficas e na utilização de análise de conteúdo. No que respeita aos resultados alcançados, a pesquisa identificou elementos que apontam a contribuição das experiências estudadas para o desenvolvimento rural sustentável no município de Jóia. Entre esses elementos constam ações referentes ao desenvolvimento de atividades alternativas ao modelo produtivo convencional, iniciativas relacionadas à busca pela segurança alimentar, adoção de medidas voltadas à preservação dos recursos e bens naturais e a utilização de práticas/técnicas produtivas com princípios ecológicos e agroecológicos.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; agroindústrias familiares; produção agroecológica; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; reforma agrária.

## THE CONTRIBUTION OF FAMILY AGRICULTURE TO SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN JÓIA/RS/BRAZIL

## ABSTRACT

Family farming presents relevant socioeconomic indicators, as well as an essential contribution to the sustainable dimension of rural development. In this context, the article presents results of family farming experiences and how they contribute to sustainable rural development in the municipality of Jóia, located in the Northwest Region of Rio Grande do Sul, Brazil. Based on the diversity of forms of family farming and their characteristics in the municipality studied, the research investigated a portion of this social group. To achieve the proposed objective, a survey of primary data was carried out through interviews with key informants, who highlighted initiatives, from which 10 experiences were selected, 4 family agroindustries and 6 individual production units that develop ecological/agroecological activities. The analysis of primary data was based on bibliographical references and the use of content analysis. With regard to the results achieved, the research identified elements that point to the contribution of the experiences studied for sustainable rural development in the municipality of Jóia. Among these elements are actions related to the development of alternative activities to the conventional production model, initiatives related to the search for food security, adoption of measures aimed at preserving natural resources and goods and the use of production practices/techniques with ecological and agroecological principles.

**Keywords:** sustainability; family agribusinesses; agroecological production; Sustainable Development Goals; land reform.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7221-429X>

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Laranjeiras do Sul/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0689-0414>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9974-9844>

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar caracteriza-se como uma categoria heterogênea, com múltiplas estruturas e realidades, resultando em relevantes indicadores socioeconômicos e ambientais, de modo que é possível relacionar tal categoria social com o desenvolvimento rural sustentável. Ao abordar a emergência e consolidação deste referencial no Brasil, Maluf (2010) define a categoria da agricultura familiar como um ator de grande relevância.

Nessa perspectiva destaca-se a tese de Sachs (2001, p. 78), o qual aponta o(a)s agricultore(a)s familiares, “(...) como protagonistas importantes da transição à economia sustentável (...)”. Carneiro e Maluf (2005) complementam tal ideia ao assinalar a relevância da participação da agricultura familiar nos processos relacionados às esferas ambientais, culturais e sociais do meio rural, a exemplo da preservação das paisagens e recursos naturais.

No que diz respeito à agricultura familiar e sua atuação nos contextos socioprodutivos, cabe destacar o papel deste grupo social no que concerne ao significativo número de estabelecimentos e pessoas ocupadas no meio rural brasileiro. Tais fatores podem ser ponderados tanto em âmbito nacional quanto estadual, no caso do Rio Grande do Sul (IBGE, 2021a). Os reflexos também podem ser identificados em âmbito local, como pode ser observado em Jóia, situado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, município comumente associado ao agronegócio. Nesta municipalidade, no entanto, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar corresponde a 85% dos estabelecimentos agropecuários, respondendo por 77% do total de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no município. Quando, porém, é observada a área ocupada, a categoria social representa somente 26% da área total existente na agropecuária de Jóia (IBGE, 2021a), em um local constituído por seis áreas de assentamento e duas de reassentamento, o que resulta em 663 famílias assentadas ou reassentadas, que ocupam uma área de reforma agrária de 11.650 hectares (Andreatta, 1992; Secco, 2004; Mendes, 2010).

A base teórica e empírica utilizada neste artigo permite afirmar que há conexão da agricultura familiar com os processos de sustentabilidade do meio rural somada à importância da valorização das particularidades locais (Sachs, 2001; Maluf, 2010; Medeiros; Almeida, 2010; Lopes; Lopes, 2011; Karnopp, 2014), o que é facilitado pela diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar (Conterato; Schneider, 2010; Schneider; Cassol, 2014; Heberlê *et al.*, 2017).

Assim, buscou-se pesquisar esta temática na esfera local, investigando de que modo as experiências da agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento rural sustentável em Jóia/RS. Para alcançar este objetivo foram estudadas experiências produtivas de base ecológica<sup>4</sup> e/ou agroecológica<sup>5</sup> e atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais<sup>6</sup> desenvol-

<sup>4</sup> A expressão “produção de base ecológica” utilizada neste trabalho visa a englobar todos os tipos de produção que mesmo não certificados como produção orgânica desenvolvem atividades/técnicas voltadas à sustentabilidade, que primam pelo uso de insumos orgânicos/agroecológicos, ou utilizam técnicas de manejo voltadas à conservação dos agroecossistemas, entre outras medidas.

<sup>5</sup> O entendimento de produção agroecológica neste estudo teve como base o conceito defendido por Altieri (2012, p. 15), o qual indica que: “A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas”.

<sup>6</sup> Consideram-se como atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais as agroindústrias familiares estudadas neste trabalho, uma vez que o sistema produtivo convencional predominante no município de Jóia corresponde à produção de monocultivos, em especial a soja.

vidas por agricultores familiares, utilizando método e instrumentos que estão detalhados na seção da metodologia.

Para dar conta do tema e objetivo propostos, o presente artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução, sendo elas: revisão bibliográfica, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências bibliográficas.

## O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS TEÓRICOS

Segundo Freitas e Deponti (2019, p. 2), “as concepções sobre “desenvolvimento” alcançaram um novo paradigma no século XXI”. Na mesma perspectiva, Gregolin *et al.* (2019) apontam que a noção de desenvolvimento, ao longo do tempo, vem sofrendo alterações que resultaram na emergência de novas concepções, como é o caso do conceito de desenvolvimento sustentável.

Em relação ao desenvolvimento no meio rural Conterato e Filippi (2009) indicam que a compreensão da magnitude dos problemas socioambientais relacionados à modernização da agricultura provocou o surgimento de debates referentes ao desenvolvimento de modelos alternativos de desenvolvimento rural. Nesta conjuntura, segundo Jara (2001, p. 21) “começam, a se concretizar na América Latina experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis(...)”. Ellis e Biggs (2005), ao explicarem as questões que influenciaram as abordagens referentes ao desenvolvimento rural na segunda metade do século 20, apontam a emergência de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade na década de 90 como fatores que influenciaram essas discussões.

No que respeita à promoção do desenvolvimento rural sustentável, Lopes e Lopes (2011) apontam que diversos movimentos de agricultura com base ecológica também contribuem nesse processo. Esses movimentos, que correspondem à agricultura biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura, apesar de estarem fundamentados em princípios distintos e técnicas produtivas particulares, visam à busca pela sustentabilidade dos agroecossistemas e têm como origem a oposição ao modelo agroquímico.

Neste contexto, no que se refere à discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, Medeiros e Almeida (2010) ponderam que a emergência desse tema ocorre a partir da percepção de que o processo implantado em meados da década de 60 com base nos princípios da Revolução Verde não pode ser considerado sustentável, passando a demandar a abordagem do desenvolvimento rural sustentável. Este tipo de desenvolvimento, de acordo com Ramos (2001), passa a considerar fatores como: modo de vida das populações rurais, manejo dos recursos naturais, dinâmicas dos agroecossistemas. Esta ideia é compartilhada por Wammes, Pastório e Roesler (2013) que ao abordarem a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento do meio rural destacam, entre outros elementos, que este deve ter como base a agricultura familiar.

As pesquisas, autores e conceitos relativos ao desenvolvimento rural sustentável apresentam uma diversidade de abordagens relacionadas à esfera ambiental. Apesar, entretanto, de serem apontados diferentes entendimentos no que respeita aos conceitos ligados à sustentabilidade no meio rural ou ao desenvolvimento rural sustentável, propriamente

dito, trabalhos como os de Sachs (2001), Maluf (2010), Lopes e Lopes (2011), Karnopp (2014) indicam a relevância do papel da agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento desses processos.

A agricultura familiar se constitui como importante ator na introdução de concepções voltadas ao desenvolvimento rural sustentável (Wammes; Pastório; Roesler, 2013). Neste viés, Ploeg (2014) indica que além de fomentar o desenvolvimento da esfera econômica mediante ações relacionadas à geração de trabalho e renda, a agricultura familiar tem potencial para colaborar de maneira significativa com a promoção da segurança alimentar e nutricional. De acordo com o autor, esta categoria colabora na ampliação do grau de resiliência ecológica e socioeconômica no meio rural.

Segundo Mattei (2014), a forma de produção desempenhada por esse grupo social, suas unidades de produção e seu trabalho, ao mesmo tempo que oportuniza o cultivo de valores e tradições, contribui para a diversidade econômica e sociocultural, dinamizando os processos sociais do meio rural. Nesta linha, para Ploeg (2014) a agricultura familiar apresenta uma riqueza de características que extrapola os aspectos mais usuais utilizados para descrevê-la, tal como é o caso da definição legal utilizada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º (Brasil, 2006). Assim, mesmo que o parâmetro legal estabeleça características padronizadas e estas nem sempre ilustrem a diversidade e heterogeneidade que a agricultura contém em si mesma, a lei permitiu reconhecer oficialmente a categoria e passou a orientar políticas públicas voltadas a este público (Grisa; Schneider, 2014).

A sustentabilidade do desenvolvimento rural, que pode ser promovida pela agricultura familiar, contribui inclusive para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015 (Embrapa, 2022). Objetivos estes interconectados, correspondem aos desafios primordiais de desenvolvimento que se apresentam para pessoas residentes em todas as partes todo o mundo (ONU, 2022). No estudo realizado para a elaboração deste artigo foram considerados os quatro objetivos que apresentam maior conexão com a temática da agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento rural. Estes objetivos são: a) ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; b) ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; c) ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e d) ODS 15 – Vida Terrestre (ONU, 2022).

A partir dessas discussões fica evidente a relevância da agricultura familiar nos processos que buscam a sustentabilidade do meio rural, em particular das dinâmicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável (Sachs; 2001; Maluf, 2010; Lopes; Lopes, 2011). Estas premissas foram utilizadas para analisar os resultados da pesquisa expressos neste artigo e cuja metodologia é explicada na sequência.

## METODOLOGIA

O município de Jóia foi emancipado no ano de 1982 e está localizado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Com uma população estimada em 2020 de 8.566 habitantes, possui uma extensão territorial correspondente a 1.238,918 km<sup>2</sup> (Jóia, 2021; IBGE, 2021b). Os municípios que fazem divisa com Jóia são Augusto Pestana, Eugênio de Castro, Boa Vista do Cadeado, São Miguel das Missões e Tupanciretã (Jóia, 2021).

No município em estudo, a produção agropecuária apresenta significativa relevância, uma vez que a participação no Valor Adicionado do município correspondeu a 56,8 % no ano de 2018. Jóia estava situado entre os dez maiores produtores de soja e trigo do Estado gaúcho em 2019, o que reforça a relevância da produção de *commodities* no município (Sebrae, 2019; Rio Grande do Sul, 2020; IBGE, 2021b).

O objeto deste estudo corresponde a uma parcela da agricultura familiar do município de Jóia, caracterizando a presente pesquisa como um estudo caso (Gil, 2008). Quando avaliado sob o ponto de vista de sua natureza, este estudo pode ser considerado como pesquisa básica (Silva; Menezes, 2005), além de ser classificada como uma pesquisa exploratória (Gil, 2008). Já no que se refere à análise dos dados, essa pesquisa adota abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013).

No que diz respeito ao levantamento dos dados primários, inicialmente foi realizada uma consulta com sete informantes-chave: agricultore(a)s e profissionais vinculado(a)s aos órgãos públicos (de assistência técnica, instituição de ensino), organizações (organizações da sociedade civil, associações, instituição financeira) e movimentos sociais. As informações coletadas auxiliaram na realização de um mapeamento da atuação do(a)s agricultore(a)s familiares do município, procurando observar se estes estão organizados em agroindústrias e/ou desenvolvem atividades produtivas de base ecológica ou agroecológica.

A partir das informações levantadas com os atores-chave foram selecionadas as experiências que seriam pesquisadas. Entre os meses de setembro e outubro de 2021 foi realizada a segunda etapa da pesquisa de campo, a qual consistiu em visitas nas unidades de produção e nas agroindústrias, obedecendo aos protocolos sanitários estabelecidos para a pandemia de Covid-19 e realizando a aplicação dos roteiros de entrevistas.

A coleta dos dados primários ocorreu pela realização de 10 entrevistas, as quais foram realizadas com as famílias agricultoras, agricultore(a)s ou integrantes das experiências estudadas. Destas iniciativas, quatro são agroindústrias familiares e seis são unidades de produção que desenvolvem atividades de base ecológica ou agroecológica.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado com perguntas que obedeceram uma única ordem para todo(a)s o(s) entrevistado(a)s. Estas perguntas foram divididas em três categorias de temas: social, econômica e ambiental. Na realização das entrevistas foram utilizados formulários aplicados de forma individual pelo próprio pesquisador, os quais contaram com perguntas abertas e fechadas (Gil, 2008). Em algumas entrevistas participou apenas um(a) membro(a) da família agricultora ou da experiência produtiva estudada. Em outras participaram mais de um(a) membro(a) da família, como esposo, esposa ou filho(a)s.

No que respeita à análise dos dados, foi utilizada como base a pesquisa bibliográfica, a qual primou pelo estudo de assuntos como desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar. A análise dos dados primários, coletados a partir das entrevistas com as famílias agricultoras, foi analisada à luz das referências bibliográficas presentes nesta pesquisa. Na análise dos dados primários também foi utilizada a Análise de Conteúdo, descrita por Bardin (1977). Neste sentido o Quadro 1 apresenta as categorias estabelecidas para a análise dos dados e as variáveis/questões abordadas em cada uma dessas categorias.

---

Quadro 1 – Categorias e variáveis/questões utilizadas para análise dos dados

Categoria	Grupos de experiências	
	Agroindústrias familiares	Unidades de produção familiares
	Variáveis/questões	Variáveis/questões
Social	Condição das terras, características da família agricultora e seus integrantes (idade, sexo), sucessão familiar, participação em atividades comunitárias e organizações sociais, participação em ações solidárias no período da pandemia de Covid 19.	Dados referentes a(o)s agricultore(a)s que integram as unidades de produção (idade das pessoas), ao núcleo familiar (possuem filhos), tema sucessão familiar, posse das terras, participação do(a)s integrantes das famílias em atividades comunitárias e organizações sociais, participação em ações solidárias no período da pandemia de Covid 19, formas de tomadas de decisão.
Econômica	Elementos referentes à unidade de produção, à renda familiar, acesso a recursos, atividades produtivas, matéria-prima, produção para autoconsumo, participação em programas institucionais e comercialização.	Características da produção das famílias: tamanho da unidade de produção, autoconsumo da produção, renda obtida, acesso a financiamentos, atividades produtivas, comercialização, participação em programas institucionais.
Ambiental	Matéria-prima utilizada (ecológica, ou ambiental), relação das atividades produtivas com os princípios ecológicos ou agroecológicos, aspectos das atividades produtivas com esse viés, dificuldades e apoio técnico para produção de base ecológica, existência de áreas naturais, medidas de preservação ambiental, destino dos resíduos.	Práticas produtivas de base ecológica adotadas pelas famílias, assistência ou apoio técnico voltado a atividades de base ecológica, ocorrência de áreas naturais na unidade de produção, adoção de medidas relacionadas à preservação ambiental, destinação de lixo e resíduos, a ocorrência de alterações com adoção de práticas ecológicas e dificuldades.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dessa maneira, o Quadro 1 sistematiza os elementos utilizados nas análises dos dados coletados na pesquisa de campo, em que os questionários aplicados junto a(o)s entrevistado(a)s abordaram questões/variáveis organizadas em três categorias: social, econômica e ambiental.

## AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO EM JÓIA

Nesta seção constarão os resultados da pesquisa realizada. Para tanto o conteúdo foi dividido em duas seções: a primeira traz o detalhamento da investigação efetuada nas experiências de agroindústrias familiares e a segunda aborda os resultados obtidos nas unidades de produção familiar pesquisadas.

### Agroindústrias familiares e desenvolvimento rural sustentável: algumas aproximações

Nesta seção serão apresentados resultados referentes ao conjunto de quatro experiências em funcionamento no município de Jóia. Destas agroindústrias, três estão localizadas em assentamentos enquanto a quarta, apesar de não estar localizada em área de assentamento,

tem como proprietários uma família de assentados, o que permite identificar uma primeira característica deste grupo, ou seja, a conexão com áreas de reforma agrária.

Em relação à instituição das agroindústrias pesquisadas, constatou-se forte influência das políticas públicas, pois ao serem questionados sobre o tema, todos os entrevistados citaram, como um aspecto importante, a possibilidade de participação em programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a partir do funcionamento do estabelecimento.

No Quadro 2 são relatadas características das agroindústrias analisadas, sendo possível observar que as quatro iniciativas surgem a partir de 2011, todas possuem regularidade em relação ao sistema de inspeção e têm atividades relacionadas aos panificados, processamento de vegetais e derivados de leite.

Quadro 2 – Características das Agroindústrias Familiares do Município de Jóia (2021)

Agroindústria	Ano do início das atividades	Registrada em algum sistema de Inspeção	Principais atividades desenvolvidas
Agroindústria 1	2011	Estadual	Derivados do leite
Agroindústria 2 <sup>7</sup>	2011	Estadual	Panificados
Agroindústria 3	2014	Estadual	Processamento de vegetais (mandioca e outros)
Agroindústria 4	2017	Municipal	Panificados

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa (2023).

Um primeiro aspecto observado na dimensão social é quanto ao gênero dos agricultores, verificando-se que uma das agroindústrias é constituída por um coletivo de oito mulheres, enquanto nas outras três o percentual de homens é de 57% da totalidade dos envolvidos nas atividades.

Em relação à sucessão familiar, constatou-se que todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s consideram importante este processo, sendo possível constatar que as famílias incentivam seus descendentes para que deem continuidade às atividades desenvolvidas nas agroindústrias. Esta importância e incentivo pode ser ilustrada na busca dos entrevistados pela melhoria das condições de trabalho, com vistas a motivar os(as) filhos(as) a continuarem as atividades dos pais.

Outro aspecto analisado na dimensão social diz respeito à participação do(a)s integrantes das agroindústrias em ações na comunidade, levando-se em conta atividades religiosas, recreativas ou sociais. Constatou-se que todo(a)s participam, participaram ou têm interesse em participar de alguma dinâmica comunitária<sup>8</sup>, e todas as famílias reconhecem a importância da convivência social na comunidade.

Deste modo, observa-se que os aspectos relacionados à dimensão social, identificados na pesquisa, corroboram as ponderações de Wanderley (2009). Destaca-se que esta autora, ao dissertar sobre as características do meio rural, assevera que este espaço pode ser compreendi-

<sup>7</sup> Esta agroindústria é formada por um coletivo de oito mulheres.

<sup>8</sup> Foi salientada pelo(a)s entrevistado(a)s a redução da interação social em espaços comunitários devido à pandemia de Covid-2019.

do como um universo “suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida” (Wanderley, 2009, p. 297).

Assim como a participação em atividades comunitárias, verificou-se a vinculação do(a)s agricultore(a)s em organizações como associações, coletivos, cooperativas e entidades sindicais. Nesse sentido, cabe ressaltar que a participação de agricultore(a)s familiares nestes tipos de organizações sociais é relevante tanto para o contexto socioeconômico das famílias bem como para o meio rural (Conterato; Fillipi, 2009; Lisboa; Alcântara, 2019; Moraes; Schwab, 2019).

Nesta perspectiva, é relevante mencionar a importância da ocupação destes espaços, apontada por Conterato e Fillipi (2009), os quais associam a reconquista da ação política dos movimentos e organizações sindicais vinculados a(o)s trabalhador(a)s rurais, ao surgimento da discussão em torno da agricultura familiar na década de 90. Ainda nesta ótica, no tocante às práticas associativas identificadas na pesquisa, é possível relacionar ao que destacam Lisboa e Alcântara (2019) quando ressaltam a relevância desta forma de articulação. Segundo os autores, o associativismo no âmbito rural interfere de forma positiva no desenvolvimento da agricultura familiar. Em relação à participação de agricultore(a)s familiares em cooperativas, Moraes e Schwab (2019) definem estas interações como um importante instrumento de organização para os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Ainda na dimensão social, uma última verificação diz respeito à participação nas ações referentes às doações de alimentos no período da pandemia. Neste sentido, todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s responderam que participaram de ações de doação de alimentos, as quais foram articuladas por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e entidades ligadas a este, tais como o grupo de mulheres das comunidades e grupo de jovens ligados a um partido político. Nas entrevistas foi possível constatar que a maioria das famílias envolvidas nas agroindústrias participou de mais de uma ação de doação de alimentos. A importância dessas ações foi definida pelos entrevistados como solidariedade com empatia em relação ao próximo, além de ser uma demonstração, para a sociedade, do êxito da produção de alimentos nas áreas de reforma agrária.

Sobre a reforma agrária compete esclarecer que diversos estudos reforçam a relevância dos projetos nesta área para os contextos locais e regionais em que estão inseridos. Entre essas referências destacamos Ferreira Neto *et al.* (2012), os quais assinalam que a criação de assentamentos rurais tem ocasionado impactos positivos para os municípios nos quais estão localizados visto que, entre outros fatores, esses projetos apresentam potencial para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões.

Na dimensão econômica, outra categoria investigada, uma primeira verificação foi relativa à renda das famílias, sendo observada uma diversidade de realidades entre as agroindústrias estudadas. Enquanto há agroindústrias nas quais a atividade representa cerca de 35% da renda familiar, há outras nas quais o estabelecimento é a principal fonte de renda da unidade de produção (95% do total da renda). Em termos financeiros foi investigado sobre o acesso aos financiamentos por parte das agroindústrias, constatando-se que em duas isto ocorreu enquanto nas outras duas não houve a busca de recursos até o momento.

Em relação à matéria-prima utilizada nos processos produtivos foi possível constatar que duas agroindústrias utilizam produtos *in natura* (leite e vegetais) como base da produção.

Nestas, a matéria-prima é oriunda da unidade produtiva das famílias agricultoras e de fontes externas, observando-se que em um destes estabelecimentos a matéria-prima produzida na própria unidade de produção representa a maior parte utilizada na agroindústria. Um ponto em comum entre estas duas agroindústrias é que quando há necessidade de adquirir fontes externas ao estabelecimento familiar são estabelecidas parcerias entre as famílias proprietárias das agroindústrias e agricultores familiares da vizinhança. Dessa maneira, essas dinâmicas socioprodutivas relacionadas às parcerias estabelecidas entre o(a)s agricultore(a)s, reforça os argumentos de Ploeg (2014), segundo o qual há importante relação das famílias agricultoras com a economia rural.

As outras duas agroindústrias atuam no ramo de panificados e as principais matérias-primas são farinha de trigo e ingredientes. Nestes casos a origem dos insumos é externa ao estabelecimento, proveniente de atacados e supermercados. As matérias-primas produzidas nos estabelecimentos são leite, ovos e frutas para recheios.

A produção para autoconsumo foi constatada nas quatro agroindústrias pesquisadas, sendo considerada uma prática relevante para todo(a)s entrevistado(a)s, estando estas respostas alinhadas com o que destaca Grisa (2007). Esta autora, ao dissertar sobre a produção direcionada ao atendimento do autoconsumo familiar, indica que, entre outros fatores, esta modalidade produtiva é primordial para a reprodução das famílias agricultoras. Segundo ela, o autoconsumo, além de contribuir para a garantia da segurança alimentar, colabora para o alcance da autonomia do(a)s agricultore(a)s familiares.

Além da produção destinada ao autoconsumo, também a parcela voltada à comercialização é considerada importante para os agricultores que dirigem as agroindústrias. Neste aspecto, um fator relevante corresponde à participação dos estabelecimentos pesquisados, como fornecedores, em programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Pnae. Além do fornecimento para estes programas, as agroindústrias pesquisadas utilizam outras formas de comercialização, com abrangência regional.

No tocante aos programas institucionais PAA e Pnae, Triches e Grisa (2015) indicam a relevância destes, tanto para o acesso a novas formas de mercados para agricultura familiar como no que diz respeito à promoção da segurança alimentar e à melhoria da qualidade da alimentação do(a)s beneficiado(a)s por estes programas.

Quanto aos canais de comercialização utilizados, em duas agroindústrias a maior parte de seus produtos são comercializados em municípios da região, mediante a venda para estabelecimentos comerciais (mercados locais), casa de produtos coloniais e programas institucionais tendo como destinos municípios da região.

Sobre as características observadas na pesquisa, em especial no que diz respeito às informações relacionadas à abrangência regional dos mercados acessados pelas agroindústrias, podemos estabelecer relações com o que Anes, Deponti e Arend (2018) assinalam. Conforme os autores, “as agroindústrias familiares estão presentes em diversas regiões e produzem, por meio do trabalho familiar, produtos que atendem a parte da demanda regional por alimentos” (p. 114).

Deste modo, as dinâmicas produtivas das agroindústrias estudadas, destacando a contribuição na promoção da segurança alimentar, disponibilização de alimentos mediante diferentes canais e produção para o autoconsumo familiar permitem constatar a ocorrência de uma

conexão destas iniciativas, com fatores identificados com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entre esses fatores estão os ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, e ODS 12- Consumo e Produção Responsáveis (ONU, 2022).

Na perspectiva ambiental outra categoria analisada foram observados inicialmente os atributos relacionados à matéria-prima utilizada pelas agroindústrias estudadas. Entre estes aspectos, buscou-se verificar a origem quanto às características de ser convencional e/ou ecológica, constatando-se que a maior parte dos insumos utilizados pelas agroindústrias é de origem convencional, ou seja, produzidos com insumos químicos que não estão livres de agrotóxicos, por exemplo. Em todas as agroindústrias o(a)s entrevistado(a)s indicaram que têm interesse na obtenção de matéria-prima de base ecológica e citaram ações que visam a alcançar esta finalidade, entretanto também ficaram evidentes dificuldades para a obtenção ou produção de matéria-prima e insumos orgânicos.

Desse modo, apesar de não haver ainda a prática ecológica, foi possível observar a preocupação com o tema da sustentabilidade, uma vez que as quatro agroindústrias pesquisadas consideram relevante o desenvolvimento de atividades produtivas de base ecológica, pois entendem que esta característica diz respeito a uma melhor qualidade dos produtos, estando alinhados ao que afirmam Sachs (2001) e Maluf (2010). Sachs (2001) destaca a participação dos agricultores familiares para o desenvolvimento sustentável do meio rural, enquanto Maluf (2010) salienta a colaboração, desta categoria, na emergência do referencial teórico do desenvolvimento rural sustentável.

Com a finalidade de investigar se as agroindústrias utilizam princípios ecológicos ou agroecológicos nos estabelecimentos foi possível verificar que nas atividades produtivas relacionadas à produção animal são utilizadas práticas homeopáticas. Na produção vegetal foi mencionada a redução na utilização de insumos químicos (adubos e agrotóxicos) e a utilização de adubação ecológica, além da utilização de produtos naturais tais como o fermento caseiro, no caso da produção de panifícios. Neste contexto, apesar de ainda serem desenvolvidas práticas convencionais (com utilização de insumos químicos) é possível observar nas falas dos agricultores das agroindústrias uma preocupação em reduzir a utilização de insumos químicos, bem como uma compreensão sobre a importância da adoção de práticas mais sustentáveis ou ecológicas, como indicado nas obras de Sachs (2001), Maluf (2010), Karnopp (2014), e Wammes, Pastório e Roesler (2013, p. 9), destacando-se que estes últimos argumentam que “(...) se tratando de desenvolvimento rural sustentável este deve ter como base a agricultura familiar (...)”.

Ainda sobre as questões relacionadas à dimensão ambiental, foi observada a existência de áreas verdes e de ações de preservação. Foi verificado que em duas das agroindústrias no entorno dos estabelecimentos há áreas naturais e com preservação. Já nas outras duas não existem estes espaços, inclusive no caso de uma destas agroindústrias a localização está em espaço urbanizado. Complementarmente, foi verificado sobre a existência de medidas de reflorestamento, preservação de nascentes de água, de manutenção de áreas de reserva legal e de preservação permanente. Em três das unidades pesquisadas foram observadas medidas de preservação e ações de reflorestamento, medidas consideradas relevantes pelos entrevistados.

Tais fatores vão ao encontro das observações de Ploeg (2014, p. 11) que ao dissertar sobre a contribuição da agricultura familiar na perspectiva ambiental, defende que este grupo

social tem potencial de “(...) elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais (...) ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade”.

No que respeita à contribuição das iniciativas das agroindústrias familiares pesquisadas para o desenvolvimento rural sustentável de Jóia, é possível afirmar que estas unidades apresentam aspectos que se relacionam com elementos apontados por Ramos (2001) e Wammes, Pastório e Roesler (2013), tais como a gestão de recursos naturais e atividades dos agroecossistemas. Os fatores identificados neste estudo igualmente contemplam as dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural, apresentadas por Caporal e Costabeber (2002).

Sobre a contribuição das agroindústrias familiares para desenvolvimento rural sustentável, verificou-se que as experiências pesquisadas associam-se aos elementos como os do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), à medida que buscam melhorar a segurança alimentar mediante uma produção diferenciada como apontaram o(a)s entrevistado(a)s em relação às ações de doação de alimentos para populações carentes durante a pandemia de Covid-19. Outra evidência desta relação está na busca pela promoção de uma agricultura sustentável, mediante a preocupação em prol da adoção de técnicas produtivas mais sustentáveis.

Observou-se, ainda, a relação destas experiências socioproductivas, com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre), ao passo que são tomadas medidas relacionadas à preservação dos recursos e bens naturais nas unidades de produção familiares do(a)s integrantes das agroindústrias, o que contribui para a sustentabilidade das comunidades em que vivem as famílias que são proprietárias ou atuam nas agroindústrias.

Neste contexto, também se verificou a relação das iniciativas relacionadas às agroindústrias da amostra com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao passo que estas buscam a sustentabilidade da produção e consumo. Os resultados das entrevistas ainda vão ao encontro da tese proposta por Medeiros e Almeida (2010), os quais destacam o potencial transformador que as experiências locais apresentam no que concerne aos processos de desenvolvimento rural sustentável.

## Experiências produtivas de unidades de produção da agricultura familiar de Jóia

Além das entrevistas com as famílias agricultoras, proprietárias ou integrantes das agroindústrias familiares, foram realizadas entrevistas com seis famílias de agricultore(a)s familiares que desenvolvem atividades de base ecológica/agroecológica ou atividades alternativas aos cultivos convencionais, cujos resultados são apresentados nesta seção.

A escolha das seis unidades de produção que foram pesquisadas buscou seguir diretrizes como: primar por unidades produtivas localizadas em diferentes regiões do município, pesquisar famílias agricultoras assentadas de reforma agrária e famílias agricultoras não assentadas, além de abranger maior diversidade de atividades produtivas. Assim, as seis experiências selecionadas nas unidades de produção estão vinculadas à produção de a) horticultura de base ecológica, b) produção de mudas de hortaliças, c) cultivo de sementes crioulas, d) horto medicinal, e) uso de insumos biológicos, f) produção agrícola com insumos ecológicos. O quadro 3 apresenta características das unidades de produção pesquisadas.

Quadro 3 – Características das unidades de produção familiares estudadas em Jóia

UP (Unidades de produção)	Forma de acesso à terra	área do estabelecimento(m <sup>2</sup> /ha)
UP1 (Unidade de Produção 1)	Reforma Agrária	Em torno de 10 ha
UP2 (Unidade de Produção 2)	Herança	640 m <sup>2</sup>
UP3 (Unidade de Produção 3)	Reforma Agrária	12 ha
UP4 (Unidade de Produção 4)	Reforma Agrária	21.65 ha
UP5 (Unidade de Produção 5)	Reforma Agrária	9.6 ha
UP6 (Unidade de Produção 6)	Reforma Agrária	13.9 ha

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa (2023).

Entre as seis unidades pesquisadas cinco estão localizadas em áreas nas quais o acesso à terra foi por meio de reforma agrária, apresentando diferentes tamanhos de área. Cabe destacar que, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, 38% dos estabelecimentos agropecuários do município correspondem às áreas concedidas por órgãos fundiários, ainda sem titulação definitiva, ou seja, configuram-se como áreas de reforma agrária no município de Jóia (IBGE, 2021a).

Na dimensão relacionada à categoria social, a primeira observação efetuada foi sobre a composição do núcleo familiar, indicando que em cinco das seis famílias estudadas há filhos. Somente em duas famílias, porém, o(a)s filho(a)s contribuem na unidade de produção e estes são menores de 18 anos. Sob a perspectiva de verificar as possibilidades de sucessão familiar, foi questionado para essas famílias sobre qual a motivação por parte do(a)s filho(a)s em permanecer na unidade de produção. Apesar de as duas famílias manifestarem a vontade de que os filhos sejam sucessores dos pais na unidade familiar, somente em uma das famílias ficou evidente o interesse por parte de um(a) filho(a) em permanecer trabalhando na propriedade da família.

Uma segunda observação, na dimensão social, é sobre a participação de integrantes das famílias em atividades sociais, recreativas ou religiosas, observando-se que as atividades das quais mais participam são as religiosas (missas, cultos, encontros, romarias). Também foi relatada a participação em eventos como jantares, almoços, bailes, tanto na comunidade em que residem quanto em outras comunidades circunvizinhas. No que diz respeito às atividades recreativas foram citadas as participações em jogos de bocha, futebol, voleibol. Para o(a)s entrevistado(a)s a relevância do envolvimento nessas dinâmicas sociais está relacionada aos fatores como o fortalecimento de laços na comunidade. A interação social nestas atividades foi relatada como algo que contribui para a melhoria de vida nas comunidades rurais, uma vez que se apresentam como opções de lazer, oferecendo atividades alternativas para a rotina de trabalho.

Complementado essas informações cabe acrescentar que a realidade, constatada na pesquisa, está relacionada à própria compreensão de espaço rural defendida por Wanderley (2001). A autora observa que esse espaço corresponde além de a uma dimensão física também a um lugar de vida das populações rurais que preservam peculiaridades históricas, sociais e culturais, elementos que proporcionam uma realidade própria a esses territórios (Wanderley, 2001).

Além das formas de interação social procurou-se estudar o envolvimento das famílias em instituições/organizações como associação, cooperativa, sindicato, sendo verificado que todas as famílias entrevistadas estão associadas a algum destes tipos de organização. A vinculação em entidades de classe como sindicato, foi a mais citada pelo(a)s entrevistado(a)s, o que coincide com os resultados apontados no Censo Agropecuário de 2017 para o município (IBGE, 2021a).

Ainda no que respeita à dimensão social foi verificada a relação das famílias agricultoras estudadas com as iniciativas de doação de alimentos no período da pandemia de Covid-19. Foi constatado que todas estas famílias participaram de uma ou mais ações de doações de alimentos no período da pandemia. As cinco famílias residentes em áreas de reforma agrária contribuíram por meio de ações promovidas pelo MST ou instituições ligadas a este movimento social. Além destas ações foi informada a ocorrência de outras iniciativas particulares e pontuais, como foi o caso da família que não reside em área de reforma agrária e que contribuiu por iniciativa particular não ligada a nenhuma instituição.

Na dimensão econômica observou-se que na maior parte das unidades de produção existem fontes de renda complementares, oriundas de trabalho externo à unidade de produção. Estas atividades, em alguns casos, são regulares e em outras temporárias, estando assim presente a pluriatividade nas dinâmicas desenvolvidas pelas famílias agricultoras estudadas. Desse modo, estas constatações seguem a perspectiva do que aponta Schneider (2003), o qual enfatiza que a pluriatividade, apesar de ser uma prática produtiva que não se restringe apenas a(o)s agricultore(a)s familiares, expressa-se com maior frequência entre este segmento da agricultura.

Outro elemento analisado refere-se à produção para o autoconsumo das famílias, produção considerada relevante para as famílias agricultoras e que contribui para a sua manutenção. Na pesquisa foi possível identificar a relação desta modalidade de produção com as dinâmicas produtivas das famílias participantes deste estudo, uma vez que em quatro das seis unidades pesquisadas a participação da produção para autoconsumo ultrapassa os 60%, reforçando o que Grisa (2007) ressalta sobre o autoconsumo. Segundo a autora, a relevância da produção voltada ao atendimento das necessidades alimentares das famílias pode ser percebida mediante inúmeros fatores pertencentes às dimensões econômica, produtiva e alimentar.

Em relação aos alimentos produzidos pelas famílias agricultoras pesquisadas, constata-se que há diversidade, sendo compostos por produtos de origem animal como carnes (frango, bovino, suíno, leite, banha, ovos) e de origem vegetal (verduras, frutas, grãos, raízes e olerícolas). Além dos itens *in natura*, foi observada a produção de semiprocessados, como queijos, compotas e conservas. Esta diversidade de alimentos, produzidos pelas famílias pesquisadas, demonstra o acesso destas a uma dieta alimentar variada e mais saudável. Desse modo, verifica-se o potencial da agricultura familiar em contribuir para o alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional, elemento assinalado por Ploeg (2014). Complementando essas informações, cabe evidenciar os apontamentos de Ramos (2022) e Ramos, Stoffel e Rambo (2023) que ao discorrerem sobre o cenário socioprodutivo do município de Jóia, destacam a relevante participação da agricultura familiar no contexto da produção alimentar deste município.

Considerando que as unidades familiares pesquisadas produzem diferentes tipos de produtos, foi então verificado quais são os canais de comercialização mais utilizados pelo(a)s

agricultore(a)s. Constatou-se que as famílias destinam seus produtos ao mercado consumidor por meios como a venda direta ou via cooperativas, participação na associação de feirantes, comercialização em eventos (romarias, feiras) e programas institucionais (Pnae e PAA).

Nesta conjuntura, o acesso aos diferentes canais de comercialização, constatado nesta pesquisa, corresponde ao fator apontado Niederle, Schubert e Schneider (2014), os quais dissertam sobre a inserção da agricultura familiar em distintos circuitos de produção e consumo. Neste mesmo viés, Schneider (2016) aponta quatro tipos genéricos de mercados (compostos por distintos canais de comercialização) nos quais os agricultore(a)s familiares estão inseridos. De acordo com este autor, estas modalidades são: a) mercados de proximidade; b) mercados locais e territoriais; c) mercados convencionais e d) mercados públicos e institucionais.

Na dimensão ambiental uma primeira observação efetuada foi sobre atividades ou práticas de base ecológica ou agroecológica desenvolvidas nas unidades de produção e a motivação para a utilização de tais dinâmicas. Os resultados indicam que são adotados procedimentos relacionados à adubação (orgânica, biofertilizantes), ao manejo fitossanitário (biocaldas, insumos biológicos), ao espaço produtivo (áreas de refúgio, regeneração natural), além de serem utilizados insumos como sementes e mudas crioulas. Esta diversidade de práticas e técnicas de base ecológica, por parte das famílias, revela o entendimento de que os atuais padrões de desenvolvimento rural e de agricultura pautada no modelo convencional são insustentáveis, conforme apontam Caporal e Costabeber (2002).

De modo complementar, foi questionado a(o)s agricultore(a)s familiares se utilizam sementes transgênicas e/ou insumos químicos, o que foi observado em cinco unidades de produção. Nas falas, entretanto, ficou demonstrada a preocupação em reduzir o uso destes produtos, o que ficou evidente nas práticas já adotadas de métodos de base ecológica ou agroecológica, conforme comentado anteriormente.

Ainda no que concerne às dinâmicas produtivas, no âmbito da dimensão ambiental, foi verificado sobre o acesso à assistência técnica voltada à produção de base ecológica ou agroecológica por parte das unidades de produção. As respostas apontam que 50% das famílias entrevistadas não recebem ou não receberam assistência ou apoio técnico voltado para a produção agroecológica e 17% já receberam em algum momento, mas atualmente não estão recebendo.

Outra verificação efetuada na pesquisa foi sobre a existência de áreas naturais nas unidades produtivas e adoção de medidas como reflorestamento, proteção de APPs, de nascentes, de áreas de reserva legal. Observou-se que em cinco unidades de produção existe algum destes tipos de espaço, ficando evidente por parte destas famílias a adoção de medidas relacionadas à preservação ambiental, como isolamento das áreas e reflorestamento, além da preservação dos recursos naturais. Neste íterim buscou-se identificar qual a percepção das famílias entrevistadas sobre a relevância das ações relacionadas à proteção dos agroecossistemas, sendo constatada a existência de preocupação das famílias agricultoras com a proteção destes espaços, assim como a adoção de medidas de reflorestamento. Ainda foi relatada a utilização de técnicas para conservação do solo, buscando a redução da erosão, elemento também salientado pela ODS 15 (Vida Terrestre, como as medidas relacionadas à preservação ambiental) (ONU, 2022). Cabe salientar que este fator contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Além dos temas referentes às dinâmicas produtivas existentes nas unidades de produção estudadas, buscou-se entender quais as principais dificuldades encontradas pelas famílias agricultoras em seu dia a dia. A falta de incentivos para o desenvolvimento de atividades produtivas alternativas foi um dos fatores mais citados. Em seguida foram mencionadas dificuldades em relação à disponibilidade de mão de obra, indicando ser um fator escasso. Outro aspecto relatado foi a exposição aos contaminantes provocados pela aplicação de agrotóxicos em outras áreas de produção localizadas nas proximidades da unidade de produção. Este indicativo é preocupante, uma vez que além de contaminar a produção de alimentos provoca prejuízos econômicos, conforme foi destacado em algumas entrevistas.

Em relação à aplicação de produtos químicos, cabe destacar que esta prática produtiva é inerente ao modelo convencional de produção. Este modelo, adotado a partir da modernização da agricultura, ocasionou transformações nas atividades produtivas agropecuárias, acarretando múltiplas consequências, que resultaram em impactos nas esferas sociais, econômicas e ambientais (Balsan, 2006; Souza; Almeida, 2020).

Após estudar as dinâmicas produtivas de base ecológica ou agroecológica, adotadas nas unidades de produção, o estudo buscou verificar se tais ações resultaram em mudanças na dimensão econômica ou em benefícios nas outras esferas para as famílias agricultoras. Nos resultados obtidos as principais mudanças estão relacionadas aos aspectos econômicos (melhoria de renda), à alimentação mais saudável da família e aos benefícios relacionados à esfera ambiental (preservação e conservação de recursos naturais).

Assim, nas unidades de produção pesquisadas, constatou-se a presença de fatores relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Entre estes aspectos estão elementos que correspondem à importância da esfera ambiental indicados por Navarro (2001), ao modo de vida das populações rurais e a gestão dos recursos naturais apontados por Ramos (2001).

Da mesma forma, é possível verificar a relação da sustentabilidade com a agricultura familiar elucidada por Wammes, Pastório e Roesler (2013), os quais definem esse grupo social como um dos elementos basilares para os processos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Também foi possível observar a presença nesses processos das seis dimensões propostas por Caporal e Costabeber (2002): as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Igualmente verificou-se a associação das práticas adotadas com o alcance de objetivos do desenvolvimento sustentável. Os elementos observados estão relacionados ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) verificado na doação de alimentos no período da pandemia e na produção para autoconsumo; ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) expresso na diversidade de alimentos produzidos pelas famílias agricultoras, à busca pela produção limpa de alimentos e preocupação com a saúde; ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre) apontado pelas medidas relacionadas à preservação ambiental.

## CONCLUSÃO

Em termos de conclusão, cabe destacar que as concepções sobre a contribuição para o desenvolvimento rural sustentável e o próprio entendimento sobre este assunto derivaram de levantamento bibliográfico. Assim, salienta-se que nesta discussão, considerou-se a concepção

---

já abordada por autore(a)s que além das dimensões econômicas e sociais apontam que o desenvolvimento rural sustentável inclui aspectos como sustentabilidade, meio ambiente, agroecossistemas. Estas afirmações decorrem da verificação de que as temáticas com viés ambiental constam com mais frequência e por vezes com maior destaque quando se trata de desenvolvimento rural sustentável.

Este trabalho buscou apresentar experiências de um grupo de agricultores familiares analisando em que medida estas contribuem para o desenvolvimento rural sustentável em Jóia/RS. Em relação ao grupo de famílias agricultoras estudadas verificou-se que apesar das dificuldades relatadas, ocorre uma preocupação com as questões ambientais, tanto em aspectos produtivos (mediante o desenvolvimento de dinâmicas que visam à sustentabilidade) bem como em questões relacionadas à preservação ambiental. Já no que respeita às dificuldades no desenvolvimento de atividades produtivas de base ecológica, cabe destacar que as experiências pesquisadas se desenvolvem em contexto econômico e produtivo não propício a estas dinâmicas. Isto fica evidente na inserção do município estudado e a região do entorno (Região Noroeste do RS) no processo de modernização da agricultura, sendo fortemente transformada por esta dinâmica. Deste modo, tanto em âmbito local quanto regional, predomina a produção agropecuária de forma convencional, com destaque para os monocultivos (soja) e a utilização de insumos químicos, máquinas e equipamentos.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os agricultores familiares, na sua atuação em agroindústrias ou nas unidades de produção pesquisadas, estão interessados e motivados para desenvolver atividades alternativas ao modelo produtivo convencional, assim como na busca pela sustentabilidade do meio rural, no município de Jóia, entretanto são enfrentadas dificuldades que para serem sanadas precisam de apoios que podem ser oriundos de ações públicas e privadas nas distintas escalas.

Defendemos que as experiências estudadas nesta pesquisa desenvolvem-se como pontos de resistência ao sistema socioeconômico dominante. Isso é evidenciado quando os agricultores demonstram interesse em desenvolver práticas agropecuárias mais sustentáveis. O fato de ter sido possível apontar a contribuição das iniciativas estudadas aos ODSs reforça o potencial que a agricultura tem em contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, ainda que não sejam agriculturas agroecológicas.

No estudo também foi identificada a conexão do desenvolvimento de experiências produtivas de base ecológica ou agroecológica com áreas de reforma agrária, uma vez que nove das dez experiências estudadas estão localizadas em assentamentos ou apresentam vínculo com estes projetos. Assim sendo, além de desconcentrar pontualmente a estrutura fundiária, a reforma agrária estimulou práticas ecológicas, práticas essas que provavelmente não fariam parte da realidade local sem os assentamentos. No que respeita às agroindustriais familiares, além dos aspectos já citados, acrescenta-se a relevância dos programas institucionais como PAA e Pnae no que diz respeito à motivação, introdução e continuidade destas iniciativas, sem deixar de mencionar o papel das referidas políticas na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Com isso, evidencia-se também que os agricultores familiares, isoladamente, não darão conta de avançar nos processos de desenvolvimento rural sustentável. O papel do Estado e das políticas públicas, das organizações da sociedade civil, foi notório no sentido de impulsionar as iniciativas analisadas. Além disso, é fundamental o incentivo do poder público com ações

direcionadas ao apoio e assistência técnica para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na agricultura familiar, propondo, instituindo e executando políticas públicas direcionadas às necessidades das dinâmicas atualmente existentes, bem como para o incentivo de novas alternativas sustentáveis.

É possível observar que para ampliar o desenvolvimento das iniciativas voltadas à sustentabilidade e motivar o surgimento de outras ações produtivas com o mesmo viés faz-se necessário que mais pessoas e instituições se interessem por esta temática, assim como motivem-se para o desenvolvimento de dinâmicas socioprodutivas de base ecológica/agroecológica. A sociedade como um todo precisa ser instigada a questionar o modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado no consumo exagerado de bens, que exaure os recursos naturais, acentua as mudanças climáticas e repercute nos agroecossistemas locais. Se por um lado os ODSs representam um movimento de aproximação dos direitos humanos ao desenvolvimento e a sustentabilidade, por outro lado as agriculturas familiares e suas trajetórias de desenvolvimento rural sustentável têm expressivo potencial de contribuir com o alcance das metas dos ODSs.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul, na qual aprovamos o projeto de pesquisa, a partir do qual foram utilizados os recursos para o pagamento da taxa de publicação deste artigo.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular: AS-PTA, 2012. 400 p.
- ANDREATTA, E. C. L. *Assentamento Santa Tecla Fazenda Botão de Ouro*. 1992, 50 p. Trabalho (Conclusão de Curso de História) – Universidade de Ijuí, Ijuí, 1992.
- ANES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: lógicas diferentes? *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 112-134, 2018.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 6 abr. 2021.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate*, v. 5, n. 17. Brasília: Universidade de Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares: Núcleo de Estudos Avançados, 2005. p. 43-58.
- CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Conformações regionais do desenvolvimento rural e da agricultura familiar: desigualdade e diversidade da geografia econômica do Rio Grande do Sul. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano 17, n. 19, p. 5-48, 2010.

- ELLIS, F.; BIGGS, S. La Evolución de los Temas Relacionados al Desarrollo Rural: desde la década de los años 50 al 2000. *Organizações Rurais & Agroindústrias*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-osods#:~:text=Os%2017%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento,guiar%20a%20humanidade%20at%C3%A9%202030>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- FERREIRA NETO, J. A.; SOUZA, D. N.; CARDOSO, P. O.; MILAGRES, C. S. F. A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 8, n. 1, p. 153-164, 2012.
- FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M. Liberdades, capacidades e as estratégias de desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo – RS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PROCESSOS, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 9., 2019, Santa Cruz do Sul-RS. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul, 2019. p. 1-23.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREGOLIN, G. C.; GREGOLIN, M. R. P.; TRICHES, R. M.; ZONIN, W. J. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap*, Macapá, v. 12, n. 3, p. 51-64, 2019.
- GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano 14, p. 5-35, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.
- HEBERLÊ, A. L. O.; SICOLI, A. H.; SILVA, J. S.; BORBA, M. F. S.; BALSADI, O. V.; PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda 153 de futuro. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133-149.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário de 2017*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 1º abr. 2021a.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Portal Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/joia/panorama>. Acesso em: 6 abr. 2021b.
- JARA, C. J. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001. 352 p.
- JÓIA, Prefeitura de Jóia. *Dados do município*. Disponível em: <https://www.joia.rs.gov.br/pagina/id/3/?dados-do-municipio.html>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- KARNOPP, E. Repensando o desenvolvimento rural no contexto territorial da agricultura familiar: estudos de casos. *REDES – Revista Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 139-152, 2014.
- LISBOA, A. S.; ALCÂNTARA, F. V. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. *ParaOnde!?*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2019.
- LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Sistemas de produção de base ecológica – a busca por um Desenvolvimento Rural Sustentável. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 1, p. 2011.
- MALUF, R. S. Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. *Raízes*, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 19-26, jan./2009 a jun./2010.
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.
- MEDEIROS, M.; ALMEIDA, J. Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento? *Revista Uniara*, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 107-114, 2010.
- MENDES, N. L. G. *A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Jóia*. 2010, 66 p. Trabalho (Conclusão de Curso de Licenciatura em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.
- MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. *Revista do Cepe*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, 2019.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S.; FIÚZA, A. L.; TEIXEIRA, E. C; REIS, J.; LIMA, A. L. (org.). *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. 1. ed. Viçosa: Suprema, 2014. p. 43-68. V. 1.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, número extra, n. 1, p.7-14, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n.43, p. 141-156, 2001.

RAMOS, G. F. *Desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável: uma análise acerca da agricultura familiar em Jóia/RS*. 2022, 167 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Laranjeiras do Sul, 2022.

RAMOS, G. F.; STOFFEL, J.; RAMBO, A. G. A dinâmica da agricultura familiar em Jóia-RS: considerações a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara: Faccat, v. 20, n. 1, p. 171-194, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural. *Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020*. 39 p. 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/26185534-radiografia-da-agropecuaria-iagaucha-2020-1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93- 140.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SEBRAE/RS. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. *Perfil das Cidades Gaúchas – Jóia*. Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/PerfilCidadesGauchas-Joia.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SECCO, R. L. A. *Impactos causados pela construção da usina Dona Francisca e formação do Reassentamento Novo Amanhecer no município de Jóia*. 2004, 52 p. Trabalho (Conclusão de Curso de Geografia – Licenciatura Plena) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SOUZA, C. V.; ALMEIDA, H. A. Indicadores de desenvolvimento socioambiental do assentamento carrasco – Esperança/Alagoa Nova, PB. *Qualitas Revista Eletrônica*, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 147-164, 2020.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. *Revista Nera*, ano 18, n. 26, p. 10-27, 2015.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. *O meio rural e as novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável*. JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2., 2013, Curitiba. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. *Una nueva ruralidad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336 p.

**Autora Correspondente:**

Janete Stoffel

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

BR-158, s/n – Zona Rural, CEP 85301-970

Laranjeiras do Sul/PR, Brasil

janete.stoffel@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.